



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0686/04	DATA: 27/5/2004
INÍCIO: 10h10min	TÉRMINO: 10h58min	DURAÇÃO: 00h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h48min	PÁGINAS: 15	QUARTOS: 10

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

GRANT ALDONAS – Secretário-Executivo de Comércio

SUMÁRIO: Encontro com autoridades americanas para discussão de interesses do Brasil e Estados Unidos no combate à pirataria.

OBSERVAÇÕES

Houve exposição em inglês com tradução simultânea.  
O início da tradução não foi gravado.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Julio Semeghini) – Bom dia a todos. Eu e o Deputado Josias e os Deputados aqui presentes, Robson Tuma e Eduardo Cunha, vamos começar a reunião, estamos só aguardando aqui o problema do som para a tradução, só que estamos recebendo um pedido da comitiva americana que está nos visitando, para que a gente pudesse ter uma conversa inicialmente reservada. Então, vou ter que pedir a todos aqueles que não são membros da CPI e que não sejam Deputados, que não sejam Parlamentares brasileiros ou membros oficiais da comissão que nós temos aqui que pudessem nos dar 30 minutos, para que a gente pudesse depois, então, fazer uma reunião aberta e continuarmos o trabalho da CPI. Então eu vou pedir a todos que na verdade possam já deixar o lugar, agradeço, peço desculpas, mas é uma solicitação da comitiva americana que nós vamos respeitar e vamos fazer o trabalho dessa forma então. *(Pausa.)* Bem, bom dia a todos! Em nome da CPI da Pirataria, eu quero agradecer o interesse, primeiro, e o carinho com que as autoridades americanas nos receberam em Washington para que nós pudéssemos começar a parceria no combate à pirataria, junto com as autoridades americanas e principalmente com os Parlamentares também do Congresso americano. É um prazer para todos nós hoje estarmos recebendo essa comitiva aqui no Brasil em audiência na CPI da Pirataria. Em conversa com os outros Deputados aqui da CPI, nós sugerimos esse modelo para que pudesse ser gravado também, uma vez que toda conversa nossa gravada terá valor documental para que a gente possa anexar nos relatórios e transformar isso depois em ação das sugestões e recomendações que a CPI da Pirataria está preparando e fará às autoridades brasileiras. Eu quero aqui agradecer a presença de alguns Deputados que estão conosco, o Deputado Ricardo Barros, Deputado Eduardo Cunha, Deputado Robson Tuma. O Deputado Júlio Lopes, está chegando de viagem ao exterior, já está vindo para cá e em breve estará conosco aqui na nossa Comissão, e, acima de tudo, o nosso Relator, Josias Quintal, a quem eu vou passar a palavra. O Josias tem uma outra reunião com um grupo do FBI, aqui ao lado, sobre problemas de segurança no nosso País. Josias é um ex-Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro e representa o Estado do Rio de Janeiro hoje no Congresso. E é muito importante para ele também esse trabalho que está acontecendo ao mesmo tempo. Então, infelizmente, ele não poderá ficar conosco o



tempo todo. E eu vou passar a palavra, então, ao Deputado Josias, que é o nosso Relator, para que ele possa colocar como é que está indo o seu relatório ou qualquer visão que ele tem. O Josias também esteve representando esta CPI nos Estados Unidos e ele poderá depois, então, responder algumas perguntas dos senhores também antes de poder deixar a sala e se deslocar ao outro evento. Josias está com a palavra, por favor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Do mesmo modo que o Deputado Júlio...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Julio Semeghini) - *Sorry, sorry, sorry.* Eu cometi um engano. Nós temos aqui uma cerimônia. E aqui fui atender o pedido do Josias. Eu gostaria muito de convidar o Secretário-Executivo de Comércio, Grant Aldonas, para que pudesse participar conosco na mesa e pudesse estar ao lado aqui do grupo da CPI da Pirataria. Peço desculpas, mais uma vez, por uma falha minha cometida.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Bem, do mesmo modo que o Presidente, Deputado Júlio, eu quero dar as boas-vindas a vocês, aos senhores. Cumprimentando o Presidente Grant, eu cumprimento a todos vocês. E quero iniciar dizendo da importância da presença de vocês aqui junto à CPI. É uma pena que a nossa Comissão já esteja no final, talvez tivéssemos tido esse encontro numa oportunidade bem anterior, tivéssemos reunido ainda mais conhecimento que pudesse nortear todos os nossos trabalhos. Mas eu penso que, embora no final, ainda temos tempo para considerar todas as informações, todas as observações que os senhores farão acerca desse tema. A nossa CPI, ela diagnosticou todo esse problema da pirataria, da falsificação aqui no Brasil. O relatório, hoje ele se encontra aproximadamente com trezentas e poucas laudas, além de todo um acervo que acompanha esse relatório. E, certamente, ele já tem diagnosticado toda essa situação da pirataria no Brasil, nas diversas áreas onde ela atua. Eu creio que a partir desse trabalho parlamentar, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Brasil vai dispor de um instrumento interessante para promover um combate mais eficaz a toda essa atividade ilegal. O nosso relatório, ele aborda cada uma dessas áreas. Ele fará as críticas àquelas instituições que deixaram de cumprir com o seu papel. E, nesse sentido, com certeza o Governo brasileiro não ficará livre dessa cobrança



porquanto a própria atividade ilegal da pirataria, em muitos casos, ela é tolerada e, de uma maneira indireta, ela é até mesmo estimulada pelo Governo. Temos exemplos muitos claros, em todos os Estados da Federação e aqui na Capital da República, da presença de instituições de comércio em ambientes que o próprio Governo estimula, destina e até administra, onde se pratica abertamente toda essa atividade ilegal. Então, nós vamos cumprir com o nosso papel. A questão, ela vai ser abordada em profundidade. Vamos, de algum modo, procurar também alguma explicação para as raízes do problema, para os fatos geradores desse problema. Isso tem implicações que vão lá atrás. No Brasil, por exemplo, essa atividade começa a partir de um trabalho informal, que se instituiu aqui no Brasil por conta do desemprego, por conta das injustiças sociais, por conta de todas as dificuldades por que o Brasil tem passado ao longo de muitos anos. Então, foi tolerando o trabalho informal. É a costureira, com sua máquina, no fundo do quintal. Posteriormente, veio o comércio informal, são os chamados camelôs, que hoje deve chegar, no Brasil, na casa próxima a 1 milhão de pessoas. Do comércio informal, já passamos para a indústria informal da pirataria e o contrabando caminhando junto. E hoje nós constatamos que essa atividade perniciosa à nossa economia, perniciosa à cultura, ela tomou uma proporção muito grande. E o Estado, a sociedade brasileira haverá que reagir a isso. Então, esse relatório, esse trabalho da CPI certamente não será em vão. Ele representará um marco, um referencial para que as instituições, para que o Governo e para que a sociedade ajam. E será implacável na indicação das instituições que deveriam reprimir essa atividade e não o fazem. Mas isso nós vamos conhecer a partir do nosso relatório. Então, eu quero finalizar. Tenho que ir a um compromisso. Estarei agora numa outra Comissão, de Segurança Pública, onde vamos discutir uma questão importante. A Polícia Federal brasileira, ela recebia, de uma maneira ilegal, embora produto de um acordo — um acordo que não tem uma cobertura adequada —, ela recebia dinheiro da Embaixada Americana para órgãos de inteligência da Polícia Federal. Esse dinheiro era depositado em contas particulares de delegados. Isso vem se processando ao longo de muitos anos. O problema veio ao conhecimento público, veio ao conhecimento do Parlamento e nós estamos cobrando explicações do Governo. Tudo indica que essa atividade, que essa ação é ilegal. Assim, já se manifestou o Ministério Público. Há indicações muito



fortes de que todas as operações eram ilegais. Alguém haverá de, no mínimo, fazer a mea-culpa. Então, nós estamos trabalhando nisso. Eu estarei, daqui a pouco, nessa Comissão, onde quero me perdoar com vocês por não ficar acompanhando os trabalhos que vão se processar aqui, porquanto que lá também é muito importante. Então, muito obrigado. Sejam bem-vindos e que tenhamos um bom proveito desse relacionamento, tenhamos uma contribuição muito interessante para essa...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Julio Semeghini) - O Deputado Josias terá que se retirar, mas vai voltar. E ele está sugerindo de que a gente possa avançar com a reunião e aí ele poderá, então, depois, responder essas perguntas que qualquer pessoa tenha que fazer para ele. Eu acho melhor também, porque daria tempo de a gente ir tirando as dúvidas. Eu só não sei quanto tempo nós teremos para que possa o Josias se programar para a volta. Então, é uma pergunta que eu faria ao Secretário: quanto tempo nós teríamos ainda para poder estarmos aqui discutindo nessa audiência. *(Pausa.)* Está bem. Ele vai, então, e deverá voltar imediatamente, então, para poder, na parte final, dessa nossa reunião, responder as perguntas. Nós temos aqui também técnicos que fazem parte da CPI e são membros da Polícia Federal, advogados, especialistas da nossa Casa, que está nos ajudando a preparar todo o relatório. Eles estão aqui presentes também e poderão nos ajudar. Eu mesmo, como Vice-Presidente, tenho acompanhado o trabalho desses especialistas também na construção desse relatório, não só do relatório, mas de toda a experiência. Então, eu acho que nós mesmos, os outros Deputados aqui presentes, Eduardo Cunha, Deputado Ricardo Barros, Robson Tuma, a gente poderá, juntos, também responder a qualquer pergunta de vocês. Como nós temos pouco tempo, eu gostaria de passar a palavra ao representante da comitiva americana, para que nós pudéssemos ouvir mais também, com atenção, a vinda de vocês, sugestões e como é que a gente pode avançar no relacionamento desta CPI com as autoridades americanas. Eu passaria a palavra ao Secretário Grant, para que pudesse, depois, então, abrir a palavra a todos os outros, como, assim, ele preferir. Muito obrigado, Secretário.

**O SR. GRANT ALDONAS** - *(Exposição em inglês. Tradução simultânea.)*

Fico-lhe muito grato pela oportunidade, Sr. Vice-Presidente, pela oportunidade de estar aqui nesta reunião. E gostaria de iniciar parabenizando o trabalho de inquérito parlamentar, de investigação parlamentar e também o esforço e empenho pessoal que todos os membros da CPI têm envidado no que se refere à pirataria em propriedade intelectual. Concordo plenamente com a meta que o senhor declarou de estabelecer uma parceria de trabalho entre os Estados Unidos e o Brasil sobre essas matérias. Durante essa viagem, tive o grande o prazer, e até mesmo a oportunidade de aprender muito e ver, em primeira mão, os benefícios de uma relação de comércio e investimento muito sólida e forte entre o Brasil e os Estados Unidos. Mais de 400 das 500 empresas americanas estão investindo no Brasil. E tivemos a oportunidade de nos encontrar com a EMBRAER, empresa que, em muitos aspectos, representa tanto o presente quanto o futuro da economia brasileira. Eu fiquei fascinado em ver até que ponto as aeronaves que a EMBRAER vende começam já com conteúdo intelectual em sua fabricação. A EMBRAER, como empresa, na verdade, começou com a colaboração entre o MIT, o Massachusetts Institute of Technology — MIT — e o CTA brasileiro. Parte dessa colaboração e parte daquilo que a EMBRAER disponibiliza ao mercado reflete um alto grau de inovação para atender à necessidade do cliente. Tudo isso é muito importante para proteger, não só os benefícios ou interesses da EMBRAER — os benefícios e interesses dos funcionários brasileiros que trabalham com a EMBRAER —, mas também proteger os interesses dos trabalhadores americanos, que trabalham na parte da tecnologia de aviação dos motores. É aqui que estamos tentando trabalhar para proteger os interesses de todos. Estão dizendo isso porque em qualquer boa economia vão dizer que, para elevar o padrão de vida, é preciso elevar a produtividade. Para tanto é preciso inovar, e, para inovar é preciso proteger as inovações adequadamente. Isso significa, ao final das contas, que não é simplesmente as regras escritas que vão além em termos de regras de propriedade intelectual, mas também um forte esforço para poder fazer essas regras. E tenho certeza de que a CPI está plenamente empenhada neste particular. Também quero contextualizar a questão, num panorama mais amplo, dizer que os atuais investimentos e fluxos de investimento do Brasil e dos Estados Unidos significa que temos que ter, não só um conjunto de



regras, mas também um esforço importante para fazer valer as regras. De modo que o investidor, seja na área de criatividade, ou de criação, ou na área de fabricação possa colher os frutos de sua energia, criatividade e investimento. Queremos mais empregos, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Empregos que possam, em paralelo, assegurar que os bens que têm alto conteúdo de propriedade intelectual sejam vendidos no mercado formal, e não no informal. É preciso assegurar que as receitas derivadas de cada Governo estejam disponíveis em decorrência da comercialização desses bens no mercado formal, e não no mercado informal. Cada vez mais, queremos assegurar que a qualidade que chega ao consumidor final, por meio da comercialização de bens no mercado formal, essa qualidade seja disponibilizada ao consumidor final, de modo que os bens também possam ser vendidos a um preço inferior. E também, na medida em que for possível, por exemplo, disponibilizar bens novos, sejam eles arte, fonogramas, ou filmes. Por exemplo, no mercado formal, a idéia é que essas indústrias, em setores de economia, alcancem uma economia de escala que não se alcance um alto nível de qualidade, mas também preços baixos, de modo que com a cultura de criatividade e inovação, possamos disponibilizar esses bens — não só a todos brasileiros, mas também a todos americanos Também é preciso assegurar que as vozes, tanto dos artistas brasileiros e americanos, sejam ouvidas em todo o mundo. Eu, voando para o Brasil, Sr. Presidente, eu ouvi a música do Tom Jobim, no avião, que é uma das minhas músicas favoritas, pessoalmente. E, cada vez mais, o que se percebe é a clara necessidade de assegurar que, se a música do Jobim tiver de ser ouvida em todo o mundo, é preciso, por extensão, assegurar que artistas do mesmo calibre de Tom Jobim no Brasil possam desfrutar dos frutos do seu trabalho artístico. Isso significa, obviamente, assegurar um bom grau de aplicação da lei. Tudo que a CPI fez aqui em sua investigação, inquérito, tudo o que fizemos em termos de colaboração, foi em grande medida confirmado e cooperado pelo noticiário da Globo, sobre a pirataria de propriedade intelectual, a *TV Globo*. Uma das coisas importantes dessa notícia na *TV Globo* foi não só a importância disso em termos de questão e matéria econômica, mas também destacou o fato de que as rotas utilizadas pelos piratas de propriedade intelectual são as mesmas rotas de crime internacional, em geral. E parte do nosso esforço consiste em assegurar que



possamos, conjuntamente, combater esses fluxos de renda que atendem às redes de crime internacional, e que são, por coincidência, aquelas que também atendem aos interesses do terrorismo e que são utilizadas por aqueles elementos que têm um efeito corrosivo não só na sociedade americana, mas também na sociedade brasileira. Portanto, precisamos ter esforços de aplicação da lei dedicados. Ao longo do tempo, devemos reconhecer que ficamos muito impressionados por essa boa qualidade de trabalho em termos das leis de direitos autorais, *copy right*, algo que é muito coerente com as obrigações previstas no acordo tríplice, pelas quais o Brasil e os Estados Unidos enfrentam um desafio significativo, que é como cumprir as outras obrigações, ou seja, há necessidade de os 2 países trabalharem juntos e unirmos esforços dedicados para aplicar a leis e as regras. Eu aprecio e valorizo o trabalho feito pelo Comitê Interministerial, no sentido de combater a pirataria. Porém, parabeno e valorizo em particular o trabalho da CPI e o novo elã que ela deu a essa questão. Reflete parcialmente um novo entendimento por parte da Câmara dos Deputados do Congresso brasileiro, no sentido de que, de fato, existe uma questão importante para o povo brasileiro e para os eleitores — questão esta que deve ser atendida e superada em benefício dos interesses e do progresso público. Por fim, volto a dizer que é um desafio em comum. Não é só para o Brasil e os Estados Unidos, é um desafio para o Brasil, é um desafio para o mundo inteiro, é um desafio compartilhado por todos os países. Fiquei muito interessado em observar que essa foi uma das questões suscitadas como parte — pelo que entendo — como parte da visita do Presidente Lula à China, recentemente. Nós também levantamos as mesmas questões com os colegas da China para poder obter a cooperação deles também. Essa é uma área, em particular, em que o Brasil, obviamente, sabemos é um dos principais mercados alvos tido em pirateados, da mesma forma que o são os Estados Unidos. Logo, temos um interesse comum compartilhado em trabalhar mão a mão com outros países, de modo a podermos reprimir a pirataria. Outra coisa que também quero também assegurar, Sr. Presidente, é a nossa disposição abraçarmos a parceria e comprometermos recursos para fins de aplicação das regras e da lei cabível. E certamente aquilo que nós podemos trazer à mesa como departamento de comércio à disposição, e também nossas interfaces junto ao serviço de justiça, de modo a podermos fazer valer, aplicar e disponibilizar todos os esforços do





Governo americano para ajudar, não só as suas iniciativas como parte do trabalho da CPI, mas também como parte de um esforço maior de aplicação da lei do Executivo Brasileiro em parceria. Certamente, gostaríamos de ouvir suas contribuições sobre como melhor traduzir o trabalho da CPI em ações específicas e concretas por parte do Executivo, não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos, de modo a podemos trabalhar essa parceria conjuntamente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Julio Semeghini) - Agradeço em nome da CPI e de todos os membros da CPI, aqui, as considerações que o senhor faz, Secretário, ao trabalho desse grupo da nossa CPI. Eu gostaria, antes de continuar a palavra, de agradecer aqui o esforço enorme que o Deputado Júlio Lopes fez para chegar ao Brasil e estar presente conosco. Convido-o à Mesa para que ele pudesse nos ajudar aqui a presidir e até, se quiser, assumir a Presidência, Júlio, será um prazer muito grande. O Júlio é o primeiro Vice-Presidente da nossa Comissão. Esteve conosco viajando, e nós vamos, daqui a pouquinho, então, passar a palavra ao Júlio. Nós estamos, Júlio, com um problema de tempo, nós temos aproximadamente mais 5 a 10 minutos — não é isso? — para podermos falar. Eu gostaria, inicialmente, de poder, então, falar em nome do Deputado Medeiros, que não pôde estar aqui hoje — S.Exa. está, na verdade, fazendo um exame de saúde, que estava marcado há muito tempo. E a esposa dele, que é inclusive uma grande colaboradora desta CPI, convocou-o para esse exame e pediu para que ele não desmarcasse. Então, eu peço, aqui em nome dele, desculpa por não estar presente recebendo os senhores aqui. Mas a esposa dele trabalha muito aqui e é muito brava. (*Risos.*) Mas eu quero dizer os senhores que, primeiro, o Congresso representado por este grupo, que é a CPI da Pirataria, acabou fazendo um trabalho e conhecendo, profundamente, como é que estão construídas no Brasil e mesmo em redes internacionais, desde remédios, vestuários, cigarros, bebidas, produtos de alta tecnologia, como computadores, principalmente os portáteis, os *notebooks*, *softwares*, todos os setores e que nós — inclusive, CDs e, acima de tudo, filme dos nossos artistas, sejam músicos ou nossos artistas de cinema —, que, inclusive o cinema brasileiro vive uma fase muito boa, retomou e tem feito vários filmes e tem avançado bastante. E nós conseguimos, nesse trabalho todo, primeiro, aprender bastante e conscientizar bastante também a população brasileira de que isso está



acontecendo. Conquistamos apoio maciço de todos os tipos de artistas brasileiros que têm sido vítimas da pirataria no Brasil, fazendo com que eles também não consigam crescer. As nossas principais empresas que investem em música no Brasil não têm mais feito isso por causa da pirataria. E isso tem reduzido significativamente os nossos investimentos, para que o Brasil possa criar novos artistas e, assim, permitir que isso possa estar passando de geração para geração. Todo o trabalho que tivemos está sendo transformado num relatório em que está levantando vários problemas que nós podemos, pessoalmente, aqui detalhar e acompanhar com o apoio da Polícia, do Ministério Público, de vários órgãos, inclusive estaduais, além dos federais. Mas, o mais importante é que nós construímos não só na sociedade, mas também dentro do Congresso, um grupo de pessoas, de Parlamentares, no caso, especializados e conscientes da importância da propriedade intelectual. Está nesta Casa, neste momento, um projeto de lei chamado Inovação, que tem o propósito e o objetivo de poder fazer com que o Brasil passe a ter mais tecnologia, mas transformando em produto e em conhecimento, para serem registradas realmente essas propriedades, sejam elas intelectuais, industriais, ou de processos de fabricação. É um projeto importante porque o Brasil está percebendo que grande parte das novas oportunidades de emprego está realmente interligado — mesmo com os novos mercados, com os mercados atuais — está interligado com a inovação. E não há inovação sem proteção daquilo que as pessoas estão realmente investindo para poder gerar seja novo produto, qualquer tipo de conhecimento significativo ou mesmo nos processos de fabricação. O Brasil se prepara fortemente nas leis para poder atender a essas reivindicações. Eu concordo, plenamente, com o Secretário Grant, quando diz que as leis são importantes, imprescindíveis, mas não são necessárias. É importante que a gente realmente faça valê-las, faça com que elas sejam realmente executadas no País. Este trabalho, esta CPI sugere várias ações operacionais para o Poder Executivo e para várias autoridades municipais e estaduais. Todos nós vamos continuar trabalhando a favor da propriedade intelectual, em várias leis que há nesta Casa, mas, acima de tudo, usando a responsabilidade que têm os Parlamentares, a obrigação de poder estar fiscalizando também se essas coisas serão ou não implementadas. Nós fomos muito bem recebidos pelos senhores. Eu tenho certeza de que esse relacionamento, que nós



estamos consolidando na visita que vocês nos fazem ao Congresso brasileiro agora, é para que a gente possa estar continuando, na verdade, no combate a grandes redes de crime organizado, que, às vezes, se escondem nas pessoas indefesas, em pequeno camelô, para sensibilizar a sociedade, para vender os seus produtos pirateados, mas que, na verdade, todo o lucro e as coisas estão, na verdade, atrás de grandes cadeias criminosas. E é o que nós constatamos no Brasil também. Atrás de cada um — cigarro, CD, vestiário, bebida — há uma grande rede de crime organizado sempre interligado até com drogas e com várias coisas na forma de manipular o dinheiro, esses recursos todos, ou de vencer as barreiras, ou de corromper as autoridades brasileiras. É muito importante que a gente possa continuar unido. Vários dos Deputados desta CPI, tenho certeza, vão dar continuidade a este trabalho. O Deputado Robson Tuma está pedindo a palavra. Eu vou passar a palavra ao Deputado Robson Tuma, mas gostaria, posteriormente, de passar a palavra ao Deputado Júlio Lopes. Quero saber se alguma autoridade da comitiva gostaria, ainda, de falar. Nós daremos prioridade também àqueles que estão nos visitando para poder usar a palavra. Eu passo, então, a palavra ao Deputado Robson Tuma e vou passar também ao Deputado Júlio Lopes, para que possa encerrar. Vamos ouvir ainda alguns de vocês que queiram usar a palavra. Muito obrigado mais uma vez, Secretário.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Obrigado, Presidente, nobres colegas Deputados, eu queria, antes, agradecer a presença do Sr. Grant Aldonas, que é o Secretário-Executivo de Comércio; Sr. John Andersen, Especialista em Comércio Exterior; Sr. Dinah McDougall, responsável pelo Brasil em Washington, no Departamento de Comércio; Sr. Richard Chriss, Conselheiro Senior para Assuntos de Comércio Exterior; Sr. Carol Petty, Chefe de Gabinete do Secretário; Sr. John Harris, Ministro Conselheiro para Assuntos Comerciais no Brasil; Sra. Janice Corbett, Conselheira para Assuntos Comerciais no Brasil, e Sr. Richard Reiter, Conselheiro para Assuntos Políticos. Para a gente é um prazer muito grande. Eu não pude estar junto com a comitiva que estive nos Estados Unidos, mas muito bem representada esta Casa foi pelos Parlamentares que lá estiveram. Eu tive a oportunidade de estudar um pouco sobre pirataria em outros países e tive a oportunidade de estar na China para aprender como é que funciona um pouco desse



mercado. O problema que nós encontramos em todo o mundo é que muitas vezes a fabricação desses produtos são essenciais para a economia de alguns países, o que nos torna difícil conseguir coibir um mercado. A partir do momento em que nós tivermos que cessar o comércio dentro de um País onde sua economia é basicamente dependente destes produtos falsificados, como é que nós vamos fazer? Torna-se cada vez mais difícil a guerra contra a pirataria. Não precisamos ir muito longe. O mundo ainda não tem, especificamente, o que é realmente o conceito de pirataria. Pirataria é, por exemplo, um CD falsificado em massa e vendido nas estradas de todo o mundo para caminheiros, a fim de pagarem mais barato? Ou também é aquele CD gravado em um aparelho que qualquer um de nós pode comprar em qualquer loja e gravar a música do rádio e poder usar dentro do seu carro? O que é falsificação? O que é pirataria? Eu acho que o primeiro avanço que o mundo poderia dar em relação à pirataria é descobrirmos realmente qual é o conceito que quer-se dar à pirataria. Enquanto não tivermos um pacto mundial em respeito dos conceitos do que se considerar pirataria, nós não vamos conseguir, por mais que possamos lutar, por mais que tenhamos o apoio da população, por mais que tenhamos o apoio dos artistas, nós não vamos conseguir vencer a guerra à pirataria, porque, enquanto nós lutamos contra a comercialização de produtos falsificados, achamos bonito o lançamento de aparelhos que gravam as músicas em CDs e que nos tornam, não por 5 reais, que é o produto falsificado, mas por um real que custa um CD virgem em qualquer loja do Brasil ou em qualquer loja no mundo. E, por isso, eu fico muito feliz de saber que esta Comissão, que está se encerrando nos próximos dias, deu o primeiro passo de contato com os Estados Unidos e com os diversos países porque, quem sabe, eu que tenho 35 anos de idade, apesar de estar no meu quinto mandato, quarto de Deputado Federal, possamos daqui para a frente possamos começar realmente um pacto do mundo contra os produtos falsificados em homenagem àqueles trabalhadores que vivem da produção dos produtos corretos, que pagam seus impostos, e que, obviamente, ajudam ao desenvolvimento de todos os países. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Julio Semeghini) - Obrigado, Deputado. Eu quero agradecer a presença de outros 2 Deputados que chegaram aqui, do Lupércio Ramos, que, na verdade, vem de uma região onde a tecnologia e esse



desenvolvimento é muito grande, em Manaus, na verdade, no Amazonas, uma região maravilhosa que o nosso País tem; a Deputada Laura Carneiro, que é uma grande batalhadora desta CPI e tem um trabalho brilhante. Eduardo já falei, já está conosco desde o começo. E, então, eu quero agora passar a palavra ao Deputado Júlio Lopes e, depois, então, eu sei que vocês estão com horário, a gente, então, encerraria ou passaria a palavra a qualquer outro da comitiva que está nos visitando. Deputado Júlio Lopes, por favor.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Bom dia a todos. É uma grande honra tê-los recebendo aqui. Eu gostaria especialmente de cumprimentar o Secretário Grant Aldonas por essa viagem. Espero que, num futuro próximo, estejamos juntos mais uma vez discutindo avanços concretos na ALCA, que é uma coisa, no meu entendimento, essencial para o Brasil, superando as dificuldades enormes que ainda temos de transpor. Quero, em nome do John Anderson, cumprimentar a todos, dizendo que me honra muito poder ter chegado a tempo desta reunião. O Presidente da CPI me telefonou, eu estava na Bélgica ontem, e me pediu que não deixasse de estar aqui hoje para saudar a presença dos senhores, porque nós realmente temos feito um esforço enorme no Brasil, um esforço agora até reconhecido. Eu estive no I Congresso Mundial de Combate à Pirataria, na Bélgica, na sede da Organização Mundial de Aduanas. Eram 600 pessoas, todos os países estavam lá representados, e talvez nós, enquanto brasileiros, tenhamos apresentado o trabalho mais concreto de combate à pirataria, fruto de um sumário que fizemos das ações desta CPI, com filmes e reportagens, enfim, sobre as ações que aqui pudemos realizar em território brasileiro, mostrando o quanto, efetivamente, trabalhamos realmente combatendo a pirataria. Mas, quer dizer, não é só dessa breve satisfação de ter já realizado uma tarefa que nós vivemos neste momento, vivemos ainda a angústia enorme de estarmos terminando o trabalho desta CPI, que não pode se estender por toda a vida, e que sabe que, ao fim dos seus trabalhos, tem sobre o território brasileiro a enorme ameaça do recrudescimento do contrabando, do recrudescimento da pirataria e de um enorme assalto que haverá ao relaxamento que venhamos a fazer do combate efetivo que esta CPI tem feito. Portanto, eu pude fazer uma reunião ontem com o General Noble, que é o Diretor-Geral da INTERPOL, conversamos longamente, e ele dizia que uma das recomendações finais do Congresso, que



fechou ontem, é a especialização de polícias no mundo inteiro para a prática desse crime, porque, mesmo nos Estados Unidos, onde se tem feito um combate bastante efetivo, não é normal ou usual policiais especializados para entender a contrafação e a pirataria. E que o Brasil, em função da disposição e a forma diligente como atuou na CPI, poderia ser um dos primeiros países a, também, participando desse esforço mundial da INTERPOL, qualificar na Polícia Federal brasileira um grupo, para formar esse grupo especializado em combate à contrafação e pirataria. Eu tenho a certeza que a presença dos senhores aqui hoje, que o nosso esforço e a conclusão do relatório desta CPI sugerindo essa medida no contexto de outras, certamente reforçará a posição de combate que nós precisamos continuar a fazer. Mas quero também chamar a atenção que recentemente, em uma visita ao Paraguai, aonde acompanhei o Presidente desta Casa Legislativa, fui surpreendido com todos os carros da Polícia daquele Estado independente, que é o Paraguai, sendo doados por Taiwan, assim como o próprio prédio do Congresso Nacional. Talvez em reconhecimento ao Paraguai ser o único país na América do Sul a reconhecer o Governo legítimo de Taiwan, mas também, talvez, para proteger ou fazer algum estímulo à enorme atividade que nós temos naquela região. Que certamente, eu não quero generalizar porque incorreria em erro, talvez até em um grave erro político, mas os senhores precisam conhecer melhor e detalhar melhor o que é o problema da pirataria na tríplice fronteira, hoje com a presença, inclusive, segundo as investigações da INTERPOL, de terroristas do Hesbollah, notadamente na prática de venda, compra e venda de tabaco. Nós estivemos lá com o Presidente desta Casa pedindo que o Paraguai aceitasse o cumprimento do acordo da tríplice fronteira, que é a permissão da verificação recíproca das agências sanitárias, das agências policiais e da alfândega brasileira e da Polícia Federal no território paraguaio e vice-versa em todos os países que compõem aquela fronteira, para que possamos fazer uma redução efetiva da prática de contrabando. Eu quero terminar dizendo que nós temos a certeza de termos cumprido uma enorme tarefa, mas que lá pelo menos 37 fábricas continuam trabalhando dia e noite, produzindo cigarros com nível de toxicidade 20 vezes maior do que a permitida pelas leis brasileiras e que esse cigarro está sendo exportado inclusive para os Estados Unidos, que hoje é grande consumidor também desse cigarro. E o território brasileiro, em função da debilidade



de suas fronteiras e da incapacidade da Polícia Federal e de seus agentes de fazer uma ação mais efetiva, é todos os dias assaltado e vilipendiado por esse esforço de contrafação e pirataria. Então, senhores, agradeço enormemente a presença de todos, mas tenho certeza que em breve teremos que nos reunir muitas vezes, não só para fazer ainda um combate mais duro e forte na questão da contrafação e da pirataria, mas sobretudo para discutirmos com grandeza e altivez aquilo que para nós certamente será uma revolução, que é a ALCA. O que precisamos fazer é que brasileiros mais pobres acreditem verdadeiramente que somente idéias novas e inovações poderão resolver problemas tão antigos quanto os que nos assolam. Era isso. Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Julio Semeghini) - Quero agradecer ao Deputado Júlio Lopes. Outros Deputados gostariam de se manifestar, mas nós vamos encerrar porque a comitiva tem — está me cobrando aqui — um compromisso. Eu passo a palavra, então, ao Secretário Grant, se quiser só se despedir e encerrar ou se quiser passar a palavra a alguém de sua comitiva. Mais uma vez, em nome desta CPI e do Presidente Medeiros, que não pôde estar presente, muito obrigado. E a gente realmente espera estar começando um trabalho para a gente realmente estarmos sempre atualizando as leis necessárias para valer e incentivar a inovação, proteger a propriedade intelectual, mas, acima de tudo, fazer uma troca justa e que nós também hoje estamos sendo vítimas de vários produtos, como têm saído do Paraguai para o Brasil, do Brasil para os Estados Unidos, mas muitos de tecnologia dos Estados Unidos para o Brasil. Eu tenho certeza de que só de uma forma integrada nós haveremos de proteger as nossas propriedades intelectuais e os nossos mercados. Muito obrigado, mais uma vez, Secretário, a palavra é sua para poder encerrar.

**O SR. GRANT ALDONAS** – (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de, mais uma vez, reiterar o nosso apoio a esta CPI. Estou aguardando ansiosamente o Relatório, e nós temos trabalhado juntamente com os nossos colegas do Executivo para tentar pegar as recomendações e implementá-las efetivamente, inclusive dotar a Comissão e os órgãos necessários dos recursos materiais e físicos que forem necessários. Sabemos que a pirataria também é um problema nos Estados Unidos, um problema



que só se vai resolver se trabalharmos juntos, inclusive do lado da oferta. É crítico que mantenhamos não só um diálogo, mas também queremos apoiar o que nós chamamos de bancada de Deputados que trabalham efetivamente, e esperamos que esse grupo também trabalhe efetivamente. Temos, em nosso país, trabalhado contra a pirataria. Nós queremos estreitar os vínculos entre os dois lados. Sabemos que isso vai fazer parte do esforço contínuo de modernizar e aproximar os elos, por exemplo, com a alfândega, com as instituições fitossanitárias, etc., e nós vamos mais tarde falar com membros do Governo, do Executivo, sobre comércio. Quero agradecer muito por ter participado aqui desta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Julio Semeghini) - Então, muito obrigado, mais uma vez. Boa sorte aos senhores nas outras reuniões que os senhores terão e eu tenho certeza que, também com a Frente Parlamentar da Propriedade Intelectual e Contra a Pirataria Americana, essa frente parlamentar vai continuar trabalhando também e juntos a gente poderá, sem dúvida nenhuma, ajudar no combate à pirataria e no fortalecimento da propriedade intelectual. Muito obrigado, mais uma vez.